

Espaço público, política e ação comunicativa a partir da concepção habermasiana

*Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira*¹
(UFSJ - São João del-Rei –MG - Brasil)
luizoli@ufsj.edu.br

*Prof^a. Ms. Adélia Barroso Fernandes*²
(UNI-BH – Belo Horizonte–MG - Brasil)
adeliabfernandes@gmail.com

Resumo: O presente artigo traz uma discussão sobre o pensamento do filósofo Jürgen Habermas, tomando como foco de debate as questões pertinentes ao espaço público, à política e ação comunicativa. Pretende-se mostrar como o autor trabalha tais perspectivas em dois momentos de sua obra. Num primeiro momento, quando Habermas estava ainda vinculado a uma perspectiva crítica próxima do pensamento da Escola de Frankfurt. Habermas mostra, ao longo do processo histórico, como o espaço público tornou-se decadente e refeudalizado. Num segundo momento, nos anos 80 do século XX, o autor dá uma guinada no seu pensamento ao elaborar a teoria da ação comunicativa e adota uma perspectiva otimista sobre o espaço público, a democracia. Toma como pressuposto o agir comunicativo que alimenta uma permanente interlocução entre os sujeitos nos múltiplos espaços públicos. Isso aponta para novos significados não somente para a compreensão do espaço público, mas para o entendimento da política ou democracia deliberativa.

Palavras-Chave: Filosofia política; Espaço público; Ação comunicativa.

1. Considerações iniciais

Ao propor uma discussão sobre o pensamento do filósofo Jürgen Habermas, é importante definir dois momentos cruciais de sua trajetória acadêmica.³ Da década de 1960 aos anos de 1980, o autor teve as suas obras marcadas pela influência do pensamento da Escola de Frankfurt, sendo considerado um dos herdeiros desta corrente. Trabalhou com Adorno e escreveu livros e artigos em que, assim como os filósofos da Teoria Crítica,

¹ Luiz Ademir de Oliveira é mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre e doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). Atualmente, é docente e pesquisador da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

² Adélia Barroso Fernandes é mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutoranda em Linguística pela UFMG. Atualmente, é docente e pesquisadora do Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH).

³ Jürgen Habermas nasceu em 1929, lecionou filosofia em Heidelberg de 1961 a 1964 e filosofia e sociologia em Frankfurt de 1964 a 1971. De 1971 a 1973, dirigiu em Starnberg o Instituto Max Planck para Pesquisa das Condições de Vida do Mundo Técnico-Científico. A partir de 1983 voltou a lecionar na Universidade Johann Wolfgang Goethe em Frankfurt.

apontava uma crise no projeto de emancipação propagado pelos iluministas. Via no Esclarecimento não uma libertação, mas a criação de novas formas de domínio pela racionalidade técnica.⁴

Nesta fase do seu pensamento, suas obras são marcadas por uma linha crítica e pessimista em relação ao processo de emancipação do sujeito. Em *Mudança estrutural da esfera pública*, publicado em 1962, o autor traça um panorama da relação entre as esferas pública, privada e íntima da Grécia Antiga ao século XX, a fim de demonstrar como o iluminismo demarcou o início da decadência da vida pública. De forma perversa, provocou uma inversão – a publicização da esfera privada e a privatização da vida pública. Nas suas outras obras, como *Técnica e Ciência como Ideologia e Conhecimento e Interesse*, publicadas em 1968, o autor reforça os seus argumentos críticos em relação ao Esclarecimento.

No entanto, nos anos de 1980, Habermas dá uma “guinada” no seu pensamento e faz uma revisão de suas teses, provocando certa ruptura com o pensamento frankfurtiano. É quando o autor formula a teoria da ação comunicativa, publicada em 1981. Adota, então, uma postura otimista sobre a modernidade e passa a trabalhar com o paradigma da comunicação, compreendendo a sociedade como uma permanente tensão entre o mundo sistêmico e o mundo da vida.

A partir do novo paradigma do agir comunicativo, o autor publica várias obras em que discute a relação espaço público, política, democracia e direito, entre as quais *Consciência moral e agir comunicativo* (1983), *Direito e democracia: entre a facticidade e validade* (1997) e *A constelação pós-nacional* (2001). Tais trabalhos têm como ponto comum o novo olhar que o autor lança a partir da concepção de que os sujeitos interagem no espaço público e podem interferir na realidade social.

Com base nestes dois momentos da obra do autor, o artigo tem como um dos objetivos traçar um panorama do pensamento habermasiano a partir da mudança do

⁴ Habermas pode ser considerado o último representante da Escola de Frankfurt, com a morte de Adorno, Horkheimer e Marcuse. Não se limita, no entanto, a continuar a tradição da teoria crítica. Trabalhou com assistente de Adorno na década de 60, mas depois rompeu com a Escola de Frankfurt. Em 1980, com a publicação da *Teoria da Ação Comunicativa*, o autor dá uma “guinada” em seu pensamento, abandonando a linha pessimista dos frankfurtianos.

paradigma da consciência para o paradigma da comunicação. Pretende discutir, num primeiro momento, a concepção de uma esfera pública refeudalizada, de uma política esvaziada e de uma razão instrumental sob o domínio da indústria cultural, ligado, ainda, a uma visão frankfurtiana. E, a partir da teoria da ação comunicativa, apresentar a concepção de uma nova proposta de “Esclarecimento”, a partir da concepção de esferas públicas múltiplas, de uma política deliberativa e da ação comunicativa.

Parte-se de algumas premissas em relação ao pensamento de Habermas. Em primeiro lugar, pode-se afirmar que há uma mudança do paradigma da consciência presente nos trabalhos ligados à concepção frankfurtiana para o paradigma da comunicação que marca as obras do autor a partir dos anos 80 do século XX. Nesse sentido, se antes Habermas via um espaço público refeudalizado e decadente, a partir do novo paradigma, acredita na existência de espaços públicos múltiplos com uma pluralidade de vozes. Da mesma forma, de uma política esvaziada e submetida à mistura entre público e privado, tem-se uma política deliberativa. Emerge, então, uma arena pública em que os sujeitos não são mais vistos como meros objetos da indústria cultural, mas participantes ativos do debate, da negociação e da interlocução.

Ao trabalhar com o paradigma da comunicação, Habermas faz uma releitura sobre a sua concepção de Esclarecimento. Para o autor, somos herdeiros do progresso técnico e do pensamento iluminista, assim como viam os frankfurtianos. No entanto, ele afirma que o iluminismo gerou uma crise desencadeada pela ciência e pela técnica por um projeto falido da modernidade na sua perspectiva positivista. Por isso, ele propõe uma revisão, uma crítica ao Esclarecimento.

Quanto ao seu vínculo com a Escola de Frankfurt, Habermas não abandona muitos dos pressupostos críticos daquela corrente. No entanto, vê as limitações da Teoria Crítica, principalmente porque, em seus argumentos, os frankfurtianos subestimaram as tradições democráticas do Estado de Direito e não consideraram a mudança na estrutura da esfera pública.

A partir do paradigma da comunicação, o pensamento habermasiano pode ser analisado com base em alguns pressupostos: i) a diversificação das fontes de inspiração – ele utiliza o que considera ser a produtividade mediadora, o método construtivista e o

círculo hermenêutico; ii) guinada linguística ou pragmática formal, quando busca se apoiar em quatro teorias (teoria do agir comunicativo, teoria da sociedade, teoria da racionalidade e teoria da modernidade); iii) novo papel da Filosofia – que não deve mais assumir o papel de juiz frente às ciências e à cultura, mas cooperar com as ciências como intérprete num processo dinâmico sem pretensões de verdades absolutas; iv) a hermenêutica macroscópica – que toma como base o paradigma da interpretação e vê no cientista social um intérprete, o que gera uma relativização das ciências. Tomando como base os dois momentos e os dois paradigmas resultantes do pensamento de Habermas, o artigo apresenta a sua concepção sobre espaço público, política e ação comunicativa.

2. O espaço público sob a ótica habermasiana no paradigma frankfurtiano

O conceito de esfera pública moderna ou burguesa tornou-se conhecido a partir da obra *Mudança estrutural da esfera pública*, de Jürgen Habermas, publicada em 1962, quando o autor apresenta uma visão crítica em relação à instituição da esfera pública. Habermas (1984) descreve a decadência da esfera pública associando tal processo à consolidação do capitalismo e à emergência dos grandes conglomerados de comunicação de massa, principalmente no século XX.

Ao traçar um panorama histórico de como a esfera pública e a esfera privada foram se estruturando até chegar a uma mistura entre as duas instâncias na modernidade, Habermas chega a uma visão crítica que aponta a decadência da vida pública. Na concepção do autor, ao longo dos séculos, mais especificamente com a tomada de poder pela burguesia e a emergência do capitalismo, a esfera pública passou a ser progressivamente esvaziada pela expansão de um Estado intervencionista, que tem um caráter semi-público. Para Habermas, é o capitalismo, sob o domínio das grandes empresas, que força o Estado a intervir no setor privado, a favor da economia de mercado.

No entanto, é importante retomar o panorama traçado pelo autor sobre a relação entre o público e o privado para compreender tal mudança estrutural da esfera pública. Segundo Habermas, na Grécia Antiga, nas cidades-estado, a esfera da *polis*, espaço que era compartilhado por todos os cidadãos livres, era bem distanciada da esfera privada – *oikos*. Mas, para participar da vida pública na *polis*, o cidadão tinha que ter autonomia na sua vida

privada. Por isso, estavam excluídos os homens que não tinham bens, as mulheres e os escravos. Apesar da riqueza do modelo de democracia da Grécia Antiga, havia o problema da exclusão de determinadas parcelas, como é o caso das mulheres. No entanto, a vida pública era centrada em debates de interesse coletivo, em que as questões privadas não apareciam. Prevalciam a participação, a argumentação e a deliberação, pontos cruciais para a compreensão da democracia.

Na Idade Média europeia, houve uma junção entre as esferas pública e privada na figura do senhor feudal. Não havia mais uma separação entre estes dois domínios. A autoridade do senhor feudal representava ao mesmo tempo o poder privado sobre a família e os seus vassallos, assim como exercia um controle público sobre a área de seu domínio. Habermas afirma que, com o fim do feudalismo e o surgimento do capitalismo, novas mudanças ocorreram na distinção entre público e privado. No início do capitalismo, teve início a troca de mercadorias e de informações. As primeiras cidades ou burgos surgiram com a queda de poder dos senhores feudais. É nesta época que, em busca de uma maior centralização do poder, despontaram as monarquias absolutistas.

Hannah Arendt, citada por Habermas (1984), afirma que ocorreu também o processo de formação do social, em que a economia moderna não se orientava mais pela economia doméstica (*oikos*) como na Grécia Antiga, mas, no lugar da casa, inseriu-se o mercado, transformando-se em economia comercial. A nova esfera privada, então, ficou subordinada ao poder público.

Habermas explica que, para atender às exigências deste capitalismo incipiente, surgiu a imprensa na sua primeira fase – a chamada imprensa artesanal que servia como forma de intercâmbio de informações comerciais. Paralelo à emergência de um moderno aparelho de Estado, Habermas explica que surgiu uma nova camada social – a da burguesia, que assumiu uma posição de protagonista no processo histórico. O autor afirma que, *a priori*, a esfera pública burguesa deve ser compreendida como uma instância de sujeitos reunidos em público.

Os burgueses são pessoas privadas, ou seja, não governam, não exercem funções públicas. Daí que surge a crescente pressão da burguesia contra o Estado. Trata-se da sociedade que se diferencia do estatal e vai cobrar, principalmente, a não interferência deste

nas questões privadas. Os burgueses são críticos ao princípio de dominação do Estado. Institui-se uma polarização entre o setor privado (constituído pela sociedade civil) e a esfera do poder público (o Estado). Habermas explica que, como instâncias intermediárias, podem ser citadas a esfera pública literária (clubes, cafés, imprensa, etc.) e o mercado de bens culturais. A tarefa política da esfera pública estava relacionada à regulamentação da sociedade civil. O privado também é entendido em duas esferas: o privado ligado à ideia de mercado e o privado que remete ao ambiente íntimo e familiar.

Se Habermas aponta uma polarização entre a sociedade (formadas pelos burgueses) e o poder estatal, torna-se compreensível o surgimento de um novo tipo de imprensa. Trata-se da imprensa político-literária, utilizada pelos burgueses para disseminar os seus ideais contra o poder estatal exercido pela aristocracia. Esta imprensa era resultado do que era discutido pelos burgueses nos espaços públicos, como salões e cafés. Era uma imprensa extremamente opinativa que reunia o público literário e crítico, tendo em vista os ideais de transformação na época da burguesia.

Um dos pontos centrais defendidos pela burguesia, que ainda não estava no poder, era a não intervenção do Estado nos assuntos privados, ou seja, deveria prevalecer o Estado Liberal de Direito, em que fossem garantidos os princípios jurídicos de proteção ao livre mercado. “O Estado de Direito enquanto Estado burguês estabelece a esfera pública atuando politicamente como órgão do Estado para assegurar institucionalmente o vínculo entre lei e opinião pública” (HABERMAS, 1984, p. 101). Fica claro que a ideia burguesa era de que o Estado de Direito pregava, de certa forma, a extinção do Estado.

Enquanto não esteve no poder, a burguesia defendeu o Estado Liberal de Direito. Mas Habermas descreve como este ideal burguês foi pervertido quando ele se refere ao que chama de mudança estrutural da esfera pública burguesa. Na prática, a burguesia começou a agir de forma contrária ao que pregava. Aos poucos, a concepção, por exemplo, de um mercado livre foi sendo substituída pela emergência de mercados oligopolizados e, gradativamente, as diferenças sociais foram se ampliando entre proprietários e assalariados, o que obrigou o Estado a ser mais intervencionista.

Os burgueses começaram a se infiltrar no Estado para garantir os seus privilégios. Eles perverteram o princípio básico de distinção entre público e privado. A burguesia

passou a privatizar o que é da ordem do público, isto é, começou a se apossar de bens públicos para atender a interesses privados, como ocorrem com os grupos e oligopólios até hoje. Por outro lado, houve uma publicização do privado, em que questões que deveriam ser mantidas na esfera privada passaram a ser tratadas como questões públicas. Isso pode ser citado, como exemplo, nos casos em que os líderes políticos são avaliados pelos seus atributos pessoais e não pelos atributos públicos.

Habermas afirma que, nos cem anos que sucedem ao período áureo do liberalismo, num capitalismo que pouco se organizou, dissolveu-se a relação originária entre esfera pública e privada, decompondo-se os contornos da esfera pública burguesa. A esfera pública, segundo o autor, perde a sua função política e a publicidade crítica. Com a interpenetração progressiva entre a esfera pública e o setor privado, há uma desfiguração da vida pública. Há uma concentração de capital, e o intervencionismo estatal acaba rompendo com o modelo liberal de livre concorrência. O Estado passa a intervir constantemente na esfera privada, havendo uma crescente conexão entre a tendência à concentração de capital e um crescente intervencionismo estatal. Habermas afirma que essa nova interdependência de esferas pública e privada rompe com o sistema clássico de Direito Privado.

Com isso, têm-se muitas transformações na sociedade. O público crítico e literário dos salões e cafés cede espaço a um público consumidor de cultura, que no século XX dá vigor ao surgimento da chamada indústria cultural. A imprensa entrou, então, numa terceira fase, quando deixou o lado opinativo e passou a se concentrar em conglomerados. O jornal transformou-se em mercadoria. Os bens simbólicos passaram a ser comercializados. Ocorreu, então, a decadência da esfera pública burguesa.

Habermas diz que o surgimento dos meios de comunicação de massa acelera esse processo de decadência da esfera pública, uma vez que a cultura difundida pela mídia é a cultura de consumo, com fins manipulatórios. A discursividade passa a ter a função de seduzir o público. O surgimento da imprensa desencadeou transformações na forma da organização social. Uma mudança relevante trazida pelo surgimento dos jornais e da televisão seria a não-necessidade de se compartilhar um mesmo espaço físico para estabelecer um processo comunicativo.

O autor argumenta que há um processo que pode ser chamado de refeudalização

da esfera pública, tendo em vista que os grandes conglomerados de empresas passaram a controlar não somente o mercado como a interferir no poder estatal. Há uma mistura perversa entre público e privado. A esfera pública, entendida como espaço de disputas discursivas e argumentativas, cedeu espaço ao modelo determinado pelo mercado, ou seja, um modelo imposto pela esfera privada. A ideia que permeava a esfera pública, como a instância de participação, argumentação e deliberação, perdeu-se numa esfera de controle por parte de grupos privados. Mesmo com uma visão pessimista, ao inserir em sua discussão questões da ordem cultural na esfera pública, Habermas já sinalizava para mudanças em seu pensamento que ganham força com o lançamento da teoria da ação comunicativa, quando ele adota outra postura a partir do “paradigma da comunicação”.

3. Habermas e uma nova perspectiva sobre a esfera pública

Nas recentes análises de Habermas sobre o papel da comunicação e da esfera pública nas sociedades modernas, é possível vislumbrar um prognóstico social mais otimista, já que o enfoque é dado aos processos emancipatórios da sociedade civil que vêm forçando transformações nos padrões hegemônicos tanto da distribuição das riquezas, como dos estatutos legais e até do próprio padrão cultural da sociedade. Habermas distingue o mundo sistêmico, compreendido pela economia e pelo aparato estatal, do mundo da vida, constituído pela esfera da vida privada e associativa. Esses dois universos têm formas distintas de comunicação e são interligados pelas esferas públicas plurais contemporâneas.

O mundo sistêmico é pautado pela lógica instrumental, pelas relações impessoais, pela busca de resultados que atendam ao bom desempenho administrativo e técnico do Estado e o lucro e a produtividade do mercado. Os indivíduos se relacionam no mundo sistêmico pela lógica do consumo de bens e serviços e pela venda da força de trabalho, quando se trata do mercado, e pela lógica do clientelismo (impostos) e da cidadania política (votos e apoio às decisões políticas), quando se trata da relação com o Estado. O mundo sistêmico privilegia a comunicação para o sucesso e é o lugar em que a coordenação de ação prescinde da coordenação de linguagem. Os meios de controle e os meios de integração orientam-se para obtenção de resultados (Habermas, 1989).

Como explica Bárbara Freitag (1993), ao discutir o mundo sistêmico, Habermas segue o paradigma da modernidade da sociedade formulado por Max Weber, já que o autor identifica a racionalização com a modernização. Ao partir da tese de que a racionalização se identifica com a modernização, ele conclui que a modernidade é o próprio mundo racionalizado da economia capitalista, do Estado burocrático moderno, das esferas de valor da ciência, arte e moral. Mas Freitag explica que, para a concepção weberiana, a modernidade que ocorreu no Ocidente levou ao desencantamento do mundo, que gerou uma perda de significado e de liberdade para os homens.

Freitag explica que Habermas concorda com o diagnóstico weberiano em relação à modernização da economia e do Estado, mas aponta certas simplificações no pensamento weberiano. Conforme explica a autora, na crítica habermasiana, o sociólogo restringe a sua análise pelas formas de institucionalização da ética do trabalho no moderno sistema econômico, sem compreendê-la no contexto das outras esferas da vida. Prevalece apenas a razão instrumental. Como forma de superação, Habermas propõe uma mudança de paradigma – da ação instrumental para a ação comunicativa, da subjetividade para a intersubjetividade. Segundo Freitag (1993), a solução habermasiana está presente nas suas formulações sobre o mundo sistêmico, já apontado por Weber, mas também na compreensão de que existe o mundo da vida.

Além do mundo sistêmico já descrito por Weber, para Habermas, existe a vitalidade do mundo da vida que guarda as tradições, a cultura e a linguagem, que tornam a vida humana possível de ser compreendida como natural. O mundo da vida é formado pela coordenação da ação através da comunicação, da linguagem, com sujeitos em interação. Essa linguagem tem estruturas consensuais, um substrato comum, e permite que os sujeitos possam convencer os outros com argumentos plausíveis e buscar um consenso. No mundo da vida predomina o agir comunicativo orientado para o entendimento mútuo, em que a comunicação leva a uma busca de acordos.

É no mundo da vida que brotam as demandas dos sujeitos por um mundo melhor, por alternativas de vida, por formas mais concretas de atendimento às necessidades, tanto materiais quanto morais. A partir das experiências, construídas pela comunicação, os indivíduos associam-se, passam a apresentar numa esfera pública mais ampla aquilo que

consideram como justo e lutam para modificar o panorama social. Há um espaço, engendrado no mundo da vida, para a emancipação dos sujeitos, para o fortalecimento dos laços de solidariedade e das construções das identidades plurais. A dimensão do mundo da vida resiste à intervenção do Estado e do mercado.

A comunicação tem um poder reflexivo nesse processo, ou seja, ao mesmo tempo em que cria condições para mudar os pontos de vista, as ações, pode criar um novo padrão de aceitação e entendimento entre os sujeitos. Essas mudanças voltam-se para a interação comunicativa e provocam outras mudanças na linguagem. O mundo da vida tem essa riqueza comunicativa expansiva questionadora, que alimenta não apenas seus participantes mais diretos, mas impulsiona a sociedade democrática, afinal, a pluralidade e a diversificação de modos de vida estão presentes no mundo da vida.

Maia (1998) afirma que, numa sociedade complexa e fragmentada, experiências vividas em comunidades específicas podem gerar formas diferentes de tematização. É na vida privada, protegida da publicidade, que as pessoas se encontram e promovem interações simples. Forma-se uma rede, um espaço comunicativo "oculto nos interstícios da vida cotidiana", que proporciona condições espontâneas e dialógicas de formação de opinião. Nos encontros cotidianos acontecem trocas de experiências que propiciam inúmeras formas de discutir e tematizar os problemas. O cotidiano pode, assim, ser entendido como o âmbito da vida social em que são produzidos os fluxos comunicativos e realçados os assuntos relevantes, que vão sendo discutidos na esfera pública.

Boaventura (2000), por sua vez, argumenta que emerge uma força emancipatória que surge das experiências dos sujeitos, das associações, das saídas criativas daqueles que vivem à margem, na fronteira. No processo de regulação da modernidade, a comunidade foi a que mais resistiu e é preciso que os cientistas sociais rompam com o paradigma da modernidade, especialmente o da neutralidade, e assumam um conhecimento com uma ação direcionada, estimulando as instituições de emancipação, criando novos campos de conhecimento, mais descentralizados e mais democráticos.

Essa tensão permanente entre Estado, economia e sociedade aparece na esfera pública, que interconecta a vida privada, as experiências cotidianas, os apelos por justiça e distribuição das oportunidades, aos centros do poder do Estado e do poder econômico e

vice e versa. Dizendo de outra maneira, os processos comunicativos da esfera pública ligam os problemas do cotidiano dos homens comuns ao mundo sistêmico e aos centros de decisão política, e tornam visíveis aos cidadãos comuns as decisões do mundo sistêmico e das esferas funcionais, que vão alterar sua vida cotidiana.

Gomes (2004) explica que a esfera pública, construída por uma rede de comunicação livre e aberta, permite a participação de todos os concernidos e não apenas da “elite” política “preparada” para o debate. Essa ampliação para a entrada de novos atores sociais, especialmente dada pela comunicação de massa e pelo advento dos novos movimentos sociais na cena pública, torna aberto o destino da sociedade, possibilita que questões possam sempre ser retomadas e que novos elementos para o debate possam aparecer e ser considerados.

Para Habermas (1997), a comunicação entre os homens, especialmente a intermediada por aparatos tecnológicos, adquire um valor central na constituição do espaço público. A esfera pública é a arena discursiva, livre, aberta à participação e ao reconhecimento do outro como igual no direito de uso da palavra, lugar onde as interpretações serão negociadas comparativamente.

A esfera pública é vista como um fórum importante para onde discussões e debates de questões sociais relevantes são trazidos à luz por indivíduos e coletividades, inclusive por aqueles que eventualmente sintam-se excluídos. Na esfera pública, as minorias tentam defender-se da cultura majoritária, contestando a validade do auto-entendimento coletivo, e se esforçando para convencer públicos amplos da pertinência e justiça de suas reivindicações. É nesse espaço, possibilitado pela comunicação, que sujeitos vão colocar seus pontos de vista, suas experiências e perspectivas do que acha justo e tentar convencer os outros da validade de seus propósitos.

Em seus trabalhos atuais, Habermas discute a existência de uma multiplicidade de esferas públicas, em que os sujeitos estão permanentemente reestruturando suas relações e não apenas de uma esfera única totalizante. Há um grau de complexidade na sociedade que nos impede de vê-la de forma total. O fim do ideal da esfera pública única e singular faz com que passemos a observar a existência de arenas sobrepostas e conectadas, supranacionais, nacionais, regionais e locais.

Habermas (1997) afirma que a esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela, os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Dizendo mais claramente, dada a fluidez e dispersão do fluxo comunicativo, a esfera pública tende a absorver aqueles fluxos que são mais tematizados.

É desse esforço de tornar o mundo comum visível e operar mudanças mais concretas, que surgiu a sociedade civil, contrapondo-se ao Estado e ao mercado. O conceito de sociedade civil aparece para diferenciar Estado e mercado, direito privado e direito público, relacionar os indivíduos sem a intermediação do Estado e reconhecer as instituições que estão entre os indivíduos e o Estado. Além disso, o conceito de sociedade civil revigora a importância da reconstrução da solidariedade.

Habermas (1997) afirma que a sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações livres, não estatais e não econômicas, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas.

A sociedade civil, conforme Habermas (1997), institucionaliza as questões de interesse geral, funcionando como uma antena sensível aos temas que estão percorrendo as esferas da família, do trabalho, da vida cotidiana dos sujeitos. A sociedade civil busca traduzir as experiências privadas em apelos políticos válidos e discutíveis na esfera pública mais geral, capaz de modificar as decisões tomadas nos centros do poder. A sociedade civil ocupa um lugar fundamental para a expansão da democracia, mostrando o local onde há uma resistência à lógica do mercado e do Estado. A sociedade civil não quer o controle do poder, mas tentar influenciar as instâncias do poder e a esfera pública geral.

Os movimentos sociais são exemplos de como a sociedade civil e seus atores podem organizar-se e lutar por aquilo que consideram mais justo, apresentando novos padrões de aceitação cultural, de formação de identidade e de distribuição das riquezas. É bom

lembrar, que as relações entre a esfera pública, a sociedade civil, o mundo da vida e o mundo sistêmico são reflexivas, dinâmicas, uma influenciando o outro.

A esfera pública, com a participação dos movimentos sociais, é uma instância coletiva de deliberação, onde os sujeitos podem refletir, ponderar e avaliar as razões apresentadas sobre uma determinada questão. A deliberação pressupõe a presença do outro, o debate, o esclarecimento das diferenças, dos conflitos, a busca por um acordo que seja válido e justo para todos. A deliberação é um processo argumentativo, o intercâmbio de razões feito em público, e ajuda a distinguir as reivindicações particulares, egoístas, daquelas comprometidas coletivamente. Conforme Habermas, os atores coletivos (membros de movimentos sociais, por exemplo) têm mais chances de participar dos processos de deliberação, pois têm habilidades cognitivas, oportunidades de aprendizagem, escrutínio crítico e motivação para a ação. As pessoas envolvidas no tema apresentam seus argumentos e seus pontos de vista motivadas a ver esse debate interferindo nos resultados.

4. Considerações finais

Ao mergulhar no universo habermasiano, muitos desafios nos são colocados. Em primeiro lugar, trata-se de um dos principais filósofos da contemporaneidade que tem uma obra de grande densidade, pelo diálogo que estabelece com uma gama variada de autores, desde os clássicos até os atuais. Ao propor uma releitura do Esclarecimento, dialoga com Kant, Hegel, Popper, os pensadores da Escola de Frankfurt, entre outros. Apesar de trazer uma linguagem complexa, consegue construir uma argumentação rica.

Outro ponto a ser destacado é a audácia de Habermas tanto em dialogar com diferentes correntes do pensamento quanto em romper com a Escola de Frankfurt e lançar um novo olhar sobre o mundo social a partir do paradigma da ação comunicativa. No campo científico, tais rupturas nem sempre são vistas de forma tranquila. Mas Habermas ousa e constrói uma teoria do agir comunicativo que revela um avanço no seu olhar sobre a realidade.

Em função disso, a discussão sobre espaço público, política e ação comunicativa pode ser pensada de duas formas a partir destes dois momentos no pensamento de Habermas. A proposta do artigo foi trazer tais contribuições a fim de que se pudesse

compreender como o autor trabalhou a sua argumentação tanto a partir de uma perspectiva crítica como, posteriormente, sob um viés otimista. Trata-se de temáticas que têm uma grande atualidade para se compreender o mundo contemporâneo, a emergência dos movimentos sociais e as novas formas de ação que surgem com as tecnologias digitais.

Os argumentos teóricos e conceituais de Habermas são ricos para que possamos entender melhor as novas configurações sociais e os embates que são travados entre o mundo sistêmico e o mundo da vida. A partir da perspectiva construtivista e hermenêutica, é possível utilizar de suas teorias para estudar fenômenos que surgem da realidade, da empiria, tendo em vista que, para o autor, o papel das ciências deve ser relativizado e pensado na sua inserção social.

No entanto, os argumentos teóricos e conceituais trazidos aqui da obra de Habermas devem ser compreendidos sob um olhar crítico, tendo em vista que no pensamento social há divergências sobre temáticas tão complexas. O pensamento habermasiano, assim como tem servido de base para muitos estudos interdisciplinares, também é alvo de muitos questionamentos e críticas por outros teóricos que lançam uma visão diferente sobre o mundo social. Por isso, as premissas teóricas sobre o espaço público e a ação comunicativa devem ser compreendidas mais como hipóteses lançadas por Habermas do que propriamente como verdades, até porque as ciências e o pensamento social têm uma dinâmica e uma complexidade que aponta para o permanente questionamento das teorias.

Referências:

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FERNANDES, Adélia Barroso. *O papel reflexivo da mídia na construção da cidadania: o caso do Movimento Antimanicomial - 1987 a 1997*. 1999. 197 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte.

FREITAG, Bárbara. Habermas e a Filosofia da Modernidade. *Perspectivas*, São Paulo, v.16, 1993.

GOMES, WILSON. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulinas, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *A constelação pós-nacional*. São Paulo: Littera, 2001.

_____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. *Direito e Democracia: entre a facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. II.

_____. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Teoría de la acción comunicativa, II. Crítica de la razón funcionalista*. Buenos Aires: Taurus humanidades, 1995.

MAIA, Rousiley C. M. A mídia e o novo espaço público: a reabilitação da sociabilidade e a formação discursiva da opinião. *Comunicação e política*. Rio de Janeiro: Cebela, V.5, n.1, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente*. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. *Jürgen Habermas. Razão comunicativa e Emancipação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Public space, political and communicative action from the conception habermasiana

Abstract: This paper discusses the thoughts of philosopher Jürgen Habermas, having the debates related to the public sphere, politics and communicative action as the main focus. It intends to show how the author deals with these perspectives in two different moments of his work. In a first moment, when Habermas was related to the critical perspective of Frankfurt School. Habermas shows, during the historic process, how the public space became decadent and re-feudaled. In a second moment, in the 1980's, the author changes his thoughts, elaborating on the communicative action theory and adopting an optimistic perspective about the public space, the democracy. He takes the stand of the communicative act as feeding a permanent interlocution between the subjects in the multiple public spaces. This points to new meanings, not only about public spaces, but also the politics of deliberative democracy.

Keywords: Politic Philosophy; Public space; Communicative action;

Data de registro: 03/12/2010

Data de aceite: 05/12/2010